



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VILA VELHA-ES - IPVV

PROCURADOR AUTÁRQUICO - IPVV

Código da Prova

D06 Z
TARDE

 Verifique se o Código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas.

 Duração da prova: **4 horas**

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:**

“Administrar é prever, organizar, comandar, coordenar e controlar.” (Henri Fayol)

ATENÇÃO

Este caderno contém cinquenta questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta – A, B, C, D e E – e uma questão discursiva.

**Verifique se este material está em ordem. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas e folha de resposta.**

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, as formas corretas de preenchimento do cartão de respostas e da folha de respostas, conforme estabelecido nos próprios.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local da prova, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Candidato, ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas da Prova Objetiva assinado e a folha de resposta desidentificada. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas e a folha de resposta. O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 1

Em 1982, Clemente Nascimento, vocalista da banda Inocentes, produziu um texto chamado de Manifesto Punk, no qual escreveu o trecho a seguir:

“Nós estamos aqui para revolucionar a Música Popular Brasileira, para dizer a verdade sem disfarces (e não tornar bela a imunda realidade): para pintar de negro a asa branca, atrasar o trem das onze, pisar sobre as flores de Geraldo Vandré e fazer da Amélia uma mulher qualquer.”

Manifesto Punk de 1982, por Clemente Tadeu Nascimento.

A partir do excerto acima, é correto afirmar que:

- (A) o autor informa que ele e seus pares estão dispostos a parodiar a Música Popular Brasileira como uma forma de protesto por não falar a verdade.
- (B) o autor propõe a realização de atos de vandalismo como forma de manifestar a atitude punk e, com isso, revolucionar a Música Popular Brasileira.
- (C) o autor se utiliza de metáforas para dizer que a Música Popular Brasileira é repleta de verdades, ao invés de mascarar a realidade.
- (D) o autor faz alusão a títulos, trechos e/ou personagens célebres da Música Popular Brasileira, utilizando-se da intertextualidade para explicar como ele e seus pares vão revolucionar este gênero musical.
- (E) o autor faz menção ao lema “faça você mesmo”, célebre na cena punk, ao enumerar as ações que ele e seus pares estão dispostos a fazer para revolucionar a Música Popular Brasileira.

Questão 2

Considere as frases a seguir:

- I. Pinocchio é um mentiroso.
- II. Mentir é um ato abominável que não deve ser tolerado.
- III. A mentira é a cola que mantém a sociedade unida e, sem ela, haveria o caos.

Sobre estas afirmações, com relação à sintaxe, é correta a seguinte alternativa:

- (A) a frase I é constituída de um período absoluto e as frases II e III, de períodos compostos por coordenação.
- (B) a frase I é constituída de um período simples e as frases II e III são constituídas de períodos compostos absolutos.
- (C) a frase I é constituída de um período absoluto, a frase II é constituída de um período composto por subordinação e a frase III é constituída de um período composto por coordenação.
- (D) as frases I e II são constituídas de períodos simples e a frase III é constituída de um período composto por coordenação.
- (E) as frases I e III são constituídas de períodos compostos e a frase II é constituída de um período composto por subordinação.

Questão 3

Considere as frases a seguir:

- I. Pinocchio é um mentiroso.
- II. Mentir é um ato abominável que não deve ser tolerado.
- III. A mentira é a cola que mantém a sociedade unida e, sem ela, haveria o caos.

Assinale a alternativa que, ao retomar e alterar as frases indicadas anteriormente, resulta em um texto coeso, coerente e de acordo com as regras gramaticais.

- (A) Pinocchio é um mentiroso, o que é um ato abominável e, por isso, não deve ser tolerado, à despeito de quem pense que a mentira seja a cola que mantém a sociedade unida e que sem ela haveria o caos
- (B) Há quem pense que a mentira é a cola que mantém a sociedade unida e que, sem ela, haveria o caos. Há outros, contudo, que pensam que mentir é um ato abominável, que não devem ser tolerado. A despeito do que se pense a respeito disso, o fato é que Pinocchio é um mentiroso
- (C) Não obstante Pinocchio minta constantemente, a mentira é, ao fim e ao cabo, a cola que mantém a sociedade unida. Deve-se, sempre ter em mente que, sem a mentira, ato abominável intolerável, só há o caos
- (D) Observa-se que a mentira é, em si, o próprio caos, um ato abominável que mantém a sociedade unida. Pinocchio e seus iguais não devem ser tolerados
- (E) A mentira é a cola que mantém a sociedade unida e, sem ela, haveria o caos e, por mentir Pinocchio é um ser abominável que não deve ser tolerado

Questão 4

Semântica é o estudo dos significados das palavras, das frases, dos sinais, dos símbolos e das relações entre estes significados. Sobre semântica, assinale a alternativa em que tanto as informações quanto os exemplos apresentados estão corretos e condizentes entre si:

- (A) polissemia é a relação entre duas ou mais palavras cujos sons são similares. Por exemplo: insolente e indolente.
- (B) antonímia é a relação entre duas ou mais palavras cujos significados são semelhantes. Por exemplo: ativo e nefasto.
- (C) homonímia é a relação entre duas ou mais palavras cujos significados possuem estruturas fonológicas semelhantes. Por exemplo: malvado e terrível.
- (D) sinonímia é a relação entre duas ou mais palavras cujos significados são iguais ou semelhantes. Por exemplo: diligente e célere.
- (E) paronímia é a relação entre duas ou mais palavras cujos significados são similares ou idênticos, mas com diferentes estruturas fonológicas. Por exemplo: manga (de camisa) e manga (fruta).

Questão 5

Assinale a alternativa que apresenta conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) É como diz a canção: “Narciso acha feio aquilo que não lhe fossem espelhos”
- (B) Não se esqueça disso: na dúvida, se deve arbitrar em favor do réu
- (C) Por acaso, seriam meus anseios menos grandes do que os vossos?
- (D) Nós ficamos se falando madrugada afora
- (E) Subiu os degraus correndo, à procura de quem lhe pudesse ajudar

Questão 6

Assinale a alternativa que indica corretamente as funções sintáticas dos termos sublinhados das frases a seguir:

“Creio que a verdade é perfeita para a matemática, a química, a filosofia, mas não para a vida. Na vida contam mais a ilusão, a imaginação, o desejo, a esperança”.

(SÁBATO, Ernesto. Lo mejor de Ernesto Sábato. Editora Seix Barral: Barcelona, 2011)

- (A) Sujeito composto, objeto direto, conjunção coordenativa explicativa, objeto direto.
- (B) Sujeito simples, predicativo do sujeito, conjunção coordenativa adversativa, núcleo do sujeito.
- (C) Sujeito simples, objeto direto, conjunção subordinativa condicional, objeto indireto.
- (D) Sujeito composto, predicativo do sujeito, conjunção coordenativa conclusiva, predicativo do sujeito.
- (E) Sujeito simples, predicativo do objeto, conjunção coordenativa condicional, núcleo do sujeito.

Questão 7

Indique a alternativa que apresenta palavras derivadas de um mesmo radical:

- (A) carteiro, carta, cartomante, cartilaginoso e cartilha.
- (B) data, datação, pré-datado, datilografia e dativo.
- (C) cidade, cidadão, civilizado, cidadão e homicida.
- (D) organograma, organismo, orgulho, órgão e organização.
- (E) cinema, telecinese, cinética, cineasta e cinesalgia.

Questão 8

Leia o texto a seguir e responda às questões 8 e 9.

“Nascido sob o signo do Barroco, o Brasil tem sua fisionomia e alma compostos até hoje de seu sopro místico. Aqui, o Barroco não foi um estilo artístico passageiro, mas a substância básica de toda uma nova síntese cultural. Se há um traço que perpassa as diferentes manifestações da cultura brasileira, é justamente esse barroquismo latente, com as vibrações e ressonâncias que lhe são típicas: extremos da fé, cupidez do poder, anseios messiânicos, ilusão de grandeza, impulso da contradição, exaltação dos sentidos, êxtase da festa, convivência das disparidades, atração das vertigens, mágica das palavras, sonho da glória, pendor para o exuberante e o monumental, gosto da tragédia, horror da miséria e compulsão à esperança. Não cabe, portanto, falar numa era do Barroco, sendo mais apropriado tentar entender essa dimensão barroca profunda que assinala toda a história do Brasil”.

(SEVCENKO, Nicolau. Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada. Editora Peirópolis: São Paulo, 2000)

Assinale a alternativa abaixo que melhor resume o trecho escrito por Nicolau Sevcenko acima destacado:

- (A) ao criar o Barroco, o Brasil foi capaz de reunir em um mesmo estilo artístico diversos elementos que se manifestam na cultura brasileira.
- (B) a fascinação do Brasil com o Barroco advém de suas raízes étnicas multiculturais, as quais lhe emprestam características que se espelham neste estilo artístico.
- (C) diferentemente do que houve em outros lugares, no Brasil, o Barroco se misturou ao arcabouço da própria cultura do país, tornando-se parte constituinte da história nacional.
- (D) por ser um país colonial, o Brasil adotou o estilo Barroco da metrópole e fez dele a sua forma de manifestação cultural mais marcante. Com isso, acabou por se colocar em oposição aos estilos que vieram a surgir em Portugal posteriormente.
- (E) a magia, a grandeza e os anseios messiânicos são exemplos de características que fizeram do Barroco um estilo de grande adesão no Brasil, ainda que transitoriamente.

Questão 9

“Não cabe, portanto, falar numa era do Barroco, sendo mais apropriado tentar entender essa dimensão barroca profunda que assinala toda a história do Brasil”.

Com relação ao excerto destacado acima e às palavras sublinhadas, assinale a alternativa correta:

- (A) quanto à análise morfológica, “cabe falar” é uma locução verbal, na qual o primeiro verbo está na terceira pessoa do singular e o segundo está no infinitivo impessoal. Quanto à análise sintática, “cabe falar” é verbo transitivo indireto.
- (B) quanto à análise morfológica, “Barroco” é substantivo próprio masculino. Quanto à análise sintática, é complemento adnominal.
- (C) quanto à análise morfológica, “apropriado” é adjetivo simples derivado do radical “próprio”. Quanto à análise sintática, é objeto direto.
- (D) quanto à análise morfológica, “tentar entender” é sujeito simples. Quanto à análise sintática, é locução verbal composta por dois verbos no infinitivo impessoal.
- (E) quanto à análise morfológica, “dimensão” é substantivo comum masculino. Quanto à análise sintática, é objeto direto.

Questão 10

Sobre os tipos textuais, é correto dizer que:

- (A) os textos narrativos são aqueles em que se relata exclusivamente as experiências de personagens fictícios.
- (B) os textos injuntivos são aqueles em que, por intermédio de linguagem objetiva, se orienta ou explica como realizar ações ou procedimentos.
- (C) os textos prescritivos são aqueles que sugerem informalmente como uma determinada ação deve ser realizada.
- (D) os textos dissertativos argumentativos são aqueles em que se observa, relata, analisa e descreve dados e eventos reais.
- (E) os textos descritivos são exclusivamente aqueles em que se busca explicar as razões pelas quais algum evento ocorreu.

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO**Questão 11**

Um estudante concluiu o seu trabalho de final de curso que tinha z páginas. Para numerar todas as páginas iniciando com a página 1, ele usou um total de 282 algarismos. O valor de z é:

- (A) 145
- (B) 135
- (C) 132
- (D) 142
- (E) 138

Questão 12

Um vazamento de uma caixa d'água goteja 5 vezes a cada 30 segundos. Admitindo-se que as gotas tenham sempre o mesmo volume, e que este seja igual a 0,05 ml. Determine o volume de água que vaza em 1 dia.

- (A) 800 ml
- (B) 720 ml
- (C) 700 ml
- (D) 650 ml
- (E) 670 ml

Questão 13

Qual o número que completa a sequência corretamente de acordo com o padrão lógico?

11.520, 1.152, _____, 24, 6, 3

- (A) 245
- (B) 346
- (C) 144
- (D) 167
- (E) 187

Questão 14

Um evento anual de música em dois anos teve um aumento de público de 56%. No primeiro ano o aumento foi de 20%, qual foi o percentual de aumento de público no segundo ano?

- (A) 36%
- (B) 20%
- (C) 26%
- (D) 16%
- (E) 30%

Questão 15

As irmãs Cátia, Jane e Tania possuem idades diferentes. Cada uma delas é formada em uma das seguintes graduações: Serviço Social, Direito e Pedagogia. A ordem expressa na questão não representa a ordem da graduação de cada uma delas. Sabe-se que, a irmã mais nova não se formou em Direito nem em Pedagogia. Cátia não é a irmã com a idade do meio. A mais velha não é Jane, nem Cátia. Jane não se formou em Direito. Sendo assim, é possível concluir corretamente que:

- (A) Tania é a mais nova e se formou em Pedagogia.
- (B) Jane é a mais nova e se formou em Serviço Social.
- (C) Tania é a irmã com a idade do meio e se formou em Direito.
- (D) Jane é a irmã com a idade do meio e se formou em Pedagogia.
- (E) Tania é a mais velha e se formou em Serviço Social.

CONHECIMENTOS DE GESTÃO DA QUALIDADE E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Questão 16**

Dentre as peculiaridades acerca da administração pública, há a estrutura descentralizada e a desconcentrada. Qual das alternativas contém a descrição de descentralização?

- (A) A distribuição de funções entre vários órgãos despersonalizados de um mesmo ente
- (B) Troca de orientação entre direita e esquerda
- (C) Divisão de competência entre duas ou mais pessoas, físicas ou jurídicas
- (D) Rompimento com o centro
- (E) A repartição de atribuições entre órgãos públicos pertencentes a uma única pessoa jurídica, mantendo a vinculação

Questão 17

O Município de Vila Velha, pessoa jurídica de direito público interno, é unidade territorial que integra a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil e do Espírito Santo, exercendo a soberania popular mediante (não somente) a:

- (A) prestação de contas, auditoria, transparência pública.
- (B) publicidade das decisões, competência das instituições reguladoras, secretarias e câmara municipal.
- (C) contratos, licitações, consultas públicas e iniciativa privada.
- (D) estabelecimento da moral e bons costumes, garantia dos direitos e liberdades civis e completa seguridade social de seus cidadãos.
- (E) iniciativa popular no processo legislativo, ação fiscalizadora sobre a administração pública e referendo.

Questão 18

A moderna gestão de pessoas consiste numa série de atividades integradas que consistem em: agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar pessoas. A seguir temos fatores essenciais a serem considerados na gestão de pessoas. São eles:

- (A) motivação e reconhecimento.
- (B) controle e repressão.
- (C) causa e efeito.
- (D) divisão e provocação.
- (E) meritocracia e nepotismo.

Questão 19

O ciclo PDCA ficou conhecido a partir da década de 1950, apesar de ser da década de 1930. Através dessa teoria, cada processo da empresa passa por quatro fases:

- (A) processar, delegar, confirmar e aplicar .
- (B) publicar, definir, controlar e antecipar.
- (C) planejar, fazer, checar e agir.
- (D) proceder, distribuir, contratar e atuar.
- (E) ponderar, desenhar, contribuir e administrar.

Questão 20

O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, tendo como objeto:

- (A) a estrutura organizacional das esferas.
- (B) a dívida externa do país.
- (C) o que se entende por balanço patrimonial.
- (D) o patrimônio público.
- (E) as contas dos contratos públicos.

INFORMÁTICA BÁSICA**Questão 21**

Todo dispositivo conectado a uma rede de computadores que utiliza o protocolo de Internet para transmitir e receber dados tem um número atribuído a ele. É uma sequência numérica que indica o local de onde um determinado equipamento está conectado a uma rede privada, diretamente à Internet, ou o endereço do servidor pelo qual o dispositivo está se conectando a internet. Como este número é conhecido?

- (A) POP3
- (B) Endereço IP
- (C) FTP
- (D) URL
- (E) SMTP

Questão 22

O antivírus é um programa desenvolvido com o propósito de detectar, prevenir, eliminar vírus e outros tipos de softwares nocivos aos sistemas digitais. Qual das alternativas abaixo NÃO representa um software danoso que pode ser eliminado por um antivírus?

- (A) Trojan
- (B) Backdoor
- (C) Spyware
- (D) Ransomware
- (E) Shareware

Questão 23

No MS Excel 2013/2016, podemos formatar utilizando a guia página inicial, pois, além das caixas e botões que permitem mudar tipo de fonte, tamanho, cor, estilo e alinhamento, existem alguns botões diferentes dos outros programas do Office. Qual alternativa corresponde à função do botão representado pela imagem abaixo?



- (A) Quebrar texto automaticamente
- (B) Diminuir recuo
- (C) Alinhar no meio
- (D) Mesclar e centralizar
- (E) Orientação

Questão 24

O computador, assim como muitos dispositivos eletrônicos, é dividido em duas partes: o hardware e o software. Analise as seguintes afirmações:

- I. a memória é um hardware;
- II. o processador é um software;
- III. o sistema operacional é um hardware;
- IV. o disco rígido é um hardware;
- V. a impressora é um software.

Qual das alternativas abaixo representa somente a(s) característica(s) de hardware e software corretas?

- (A) somente I e IV.
- (B) somente II e V.
- (C) somente II e III.
- (D) somente III e V.
- (E) somente V.

Questão 25

O fornecimento de serviços de computação pela Internet, incluindo servidores, armazenamento, bancos de dados, rede, software, análise e inteligência, para oferecer inovações mais rápidas, recursos flexíveis e economias de escala é chamado de:

- (A) computação local.
- (B) computação indoor.
- (C) computação em nuvem.
- (D) computação firewall.
- (E) computação de desenvolvimento ágil.

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO,
CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO****Questão 26**

Considere as seguintes afirmativas:

- I. compreende-se na reabilitação profissional o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional. O reparo ou substituição dos aparelhos mencionados são de exclusiva responsabilidade do seguro.
- II. é considerado ocupante de cargo reservado para a contratação de deficiência o aprendiz contratado, ainda que a contratação seja indireta.
- III. após a conclusão do processo de reabilitação social e profissional do beneficiado, deverá a Previdência Social emitir certificado individual onde constem as atividades que poderão ser exercidas pelo beneficiado, sem óbices ao exercício de outra atividade para a qual o beneficiado esteja capacitado.

Analisando as assertivas acima, assinale a alternativa onde consta (em) apenas a(s) afirmativa(s) que corresponde(m) às determinações legais previstas na Lei 8.213/91.

- (A) somente I
- (B) somente I e II
- (C) somente I e III
- (D) somente II e III
- (E) somente III

Questão 27

Eduardo dirigia seu carro em via pública, em trecho urbano com defeituosa iluminação, no período da noite, quando foi surpreendido com uma colisão na parte de baixo de seu veículo.

Ao descer de seu veículo, severamente danificado, verificou que o seu automóvel colidiu com uma tampa de esgoto, pertencente a uma empresa concessionária, estando a tampa aberta e projetada para cima. Eduardo não conseguiu visualizar a tampa antes da colisão em razão da péssima iluminação do local.

Ao indagar moradores próximos ao local do ocorrido sobre o porquê da tampa estar levantada, foi informado que um funcionário da prefeitura abriu a tampa do esgoto para realizar algum serviço e, após concluí-lo, acabou por deixar a tampa aberta.

Utilizando o quadro apresentado e seus conhecimentos acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- (A) Eduardo poderá pleitear a reparação perante a administração pública, devendo apenas comprovar o nexo causal entre a conduta do servidor público e o dano que sofreu.
- (B) Eduardo não faz jus a qualquer reparação por parte do Estado, visto que era de sua exclusiva responsabilidade se prevenir de possíveis danos causados a seu veículo durante sua condução em via pública.
- (C) Eduardo poderia pleitear a reparação apenas em face a empresa concessionária, proprietária da tampa, uma vez que era de sua exclusiva responsabilidade se atentar permanentemente sobre as condições de seus equipamentos.
- (D) Eduardo poderia pleitear a reparação do dano apenas em desfavor do funcionário da prefeitura, visto que a administração pública não se responsabiliza pela conduta de seus funcionários, ainda que durante o seu expediente e exercendo atividade de sua atribuição.
- (E) Eduardo não pode pleitear a reparação contra o Estado, visto que o Estado responde apenas subjetivamente pela conduta de seus servidores, sendo inviável a comprovação de que o servidor municipal agiu com o intuito de prejudicar Eduardo.

Questão 28

Sobre o benefício conhecido como auxílio-reclusão, previsto na Constituição Federal e regulado pela Lei 8.213/1991 (consideradas as alterações promovidas pela Lei 13.846/2019), assinale a alternativa que NÃO corresponde com as determinações legais acerca do benefício.

- (A) O requerimento do auxílio-reclusão perante o órgão competente deve ser instruído com certidão judicial que comprove o recolhimento carcerário do segurado recluso
- (B) Faz jus ao recebimento do benefício, cônjuge ou parente de primeiro grau de pessoa reclusa, bastando informar e comprovar perante o INSS a relação conjugal ou o grau de parentesco
- (C) O exercício de atividade remunerada por parte do segurado recluso que cumpre pena no regime fechado, não acarreta perda do direito de seus dependentes receberem o auxílio-reclusão
- (D) O cálculo utilizado para determinar o enquadramento do segurado como de baixa renda consiste, na média do salário de contribuição apurado nos últimos 12 (doze) meses antes do recolhimento à prisão do segurado
- (E) É permitida a substituição de certidão judicial e prova de permanência na condição de presidiário pelo acesso à base de dados eletrônicos com dados cadastrais que assegurem a identificação plena do segurado e sua condição de encarcerado, disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça

Questão 29

Considere as seguintes afirmativas:

- I. É expressamente vedada aplicação de pena de trabalho forçado.
- II. Asseguram-se o contraditório e a ampla defesa aos litigantes em processo judicial, não se estendendo tais garantias processuais aos procedimentos administrativos.
- III. Ninguém será preso senão após trânsito em julgado de sentença penal condenatória ou após o inadimplemento injustificado de obrigação alimentícia.
- IV. A lei penal é irretroativa, salvo quando sua aplicação retroativa beneficiar o réu.

Das afirmativas apresentadas acima, qual(is) corresponde(m) a direitos fundamentais previstos expressamente no art. 5º da Constituição Federal.

Está (ão) correta(s):

- (A) somente I e III
- (B) somente II
- (C) somente II e IV
- (D) somente III
- (E) somente I e IV

Questão 30

Considerando o instituto jurídico do Estado de Defesa, cujos *pressupostos de fundo* e de *forma* são previstos expressamente no art. 136, da Constituição Federal de 1988, considere as seguintes afirmativas:

I - A decretação do Estado de Defesa é ato privativo do Presidente da República, sendo dispensável prévia manifestação dos Conselhos da República e de Defesa Nacional ou reunião do Presidente da República com qualquer um dos Conselhos supracitados.

II – No decreto que instaura o Estado de Defesa deve constar informação do local restrito e determinado onde ocorrerá.

III – É permitido que se determine, no decreto de instauração do Estado de Defesa, a incomunicabilidade dos presos e a restrição de impetração de Habeas Corpus nos tribunais locais.

Das afirmativas apresentadas, qual(is) corresponde(m) a requisitos ou permissões expressas na norma Constitucional para decretação do Estado de Defesa.

Está(ão) correta(s):

- (A) somente II e III
- (B) somente I e II
- (C) somente I e III
- (D) somente I.
- (E) somente II.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31

A Constituição Federal dispõe sobre a Responsabilização do Presidente da República. Acerca desse tema, é correto dizer que:

- (A) a admissibilidade da acusação contra o Presidente, junto a Câmara dos Deputados, seja nos casos de crime comum ou de responsabilidade, deverá observar o quórum de dois terços dos votos dos Deputados Federais.
- (B) nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República será afastado de suas funções após deliberação da Mesa do Senado Federal, por três quintos dos seus membros.
- (C) o Presidente da República, nas infrações penais comuns, poderá ser submetido à prisão antes da sentença penal condenatória, desde que haja voto do relator acolhendo a pretensão punitiva.
- (D) na vigência do mandato ou até um ano após o fim do mandato, o Presidente da República não poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- (E) decorrido o prazo de 180 dias, prorrogáveis por igual período, se o julgamento do Presidente não estiver concluído, seja pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Senado Federal, cessa o afastamento e acarreta a extinção do processo.

Questão 32

De acordo com a Constituição Federal do Brasil, compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República:

- (A) fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.
- (B) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
- (C) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- (D) aprovar, previamente, a alienação ou concessão e terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.
- (E) dispor sobre fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observando os ditames constitucionais.

Questão 33

Considerando as previsões contidas na Lei nº 4320/64 e alterações posteriores, é correto dizer que:

- (A) todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, admitidas deduções.
- (B) tributo é a receita originária instituída pelas entidades de direito público, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- (C) constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.
- (D) a Lei de Orçamento consignará auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos.
- (E) os créditos da Fazenda Pública, desde que de natureza tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.

Questão 34

Controlar a constitucionalidade das leis e dos atos normativos é, em apertada síntese, verificar a compatibilidade, seja formal ou material, das normas primárias infraconstitucionais em cotejo com o Texto Magno (parâmetro). Considerando o estudo da Jurisdição Constitucional brasileira, é correto afirmar que:

- (A) ao Supremo Tribunal Federal, como guardião da Carta Magna, cabe com exclusividade, a competência para declarar a constitucionalidade ou inconstitucionalidade das leis e dos atos normativos.
- (B) a inconstitucionalidade por ação ocorre quando o órgão competente para a elaboração da norma repousa na inércia, não produzindo a norma.
- (C) a sanção do Presidente da República em projeto de lei com vício de iniciativa, sana o vício, de modo que, quando a lei entrar em vigor, não poderá ser questionada a sua constitucionalidade por qualquer legitimado.
- (D) as Leis, ao entrarem em vigor, são consideradas presumidamente constitucionais, sendo que tal presunção é relativa.
- (E) a declaração de inconstitucionalidade de uma lei, como regra, não tem efeitos retroativos, vez que a decisão produz efeitos tão somente prospectivos, podendo ter efeito retroativo quando o Supremo Tribunal Federal assim dispuser de forma expressa no acórdão.

Questão 35

A Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, alterou o sistema de previdência social e estabeleceu regras de transição e disposições transitórias. De acordo com a emenda em apreço, afirma-se que:

- (A) o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (B) é permitida a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no RGPS, salvo se houver contribuição para o regime complementar.
- (C) aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Próprio de Previdência Social.
- (D) é vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos em lei ordinária.
- (E) é lícita a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo, já que se trata de condição mais benéfica.

Questão 36

Considerando o instituto da equiparação salarial, de acordo com as previsões da Consolidação das Leis do Trabalho e as Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que:

- (A) a equiparação só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigma remoto, salvo de o paradigma ter obtido a vantagem em ação judicial própria.
- (B) trabalho de igual valor, para fins de equiparação salarial, é aquele realizado com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.
- (C) não é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, ainda que preenchidos os requisitos legais, mesmo que a aferição se dê mediante critérios objetivos.
- (D) é do empregado o ônus de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.
- (E) ainda que haja comprovada discriminação salarial por motivo de sexo ou etnia, não será cabível pedido de indenização, já que a reposição das diferenças salariais buscadas tem nítida feição indenizatória, sob pena de configurar *bis in idem*.

Questão 37

A Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho estabelece regramentos acerca da contratação de serviços mediante terceirização e sua legalidade. De acordo com a súmula citada, é correto afirmar que:

- (A) o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade solidária do tomador de serviços quanto às obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
- (B) o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto às obrigações, ainda que não haja participado da relação processual e não conste do título executivo judicial.
- (C) a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange algumas das verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.
- (D) os entes da Administração Pública, direta ou indireta, não respondem subsidiariamente em caso de inadimplemento da empresa prestadora de serviços, ainda que evidenciada sua conduta culposa.
- (E) a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.

Questão 38

Os artigos 21 e 22 do CPC enumeram as ações que a lei atribui à justiça brasileira, sem afastar eventual jurisdição concorrente da justiça estrangeira. São ações que, se aforadas no Brasil, serão conhecidas e julgadas. Assim, a autoridade judiciária brasileira tem jurisdição concorrente em diversas hipóteses, **EXCETO** se:

- (A) o réu, qualquer que seja sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.
- (B) no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação.
- (C) a ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil.
- (D) as ações de alimentos, quando o credor tiver domicílio ou residência no Brasil.
- (E) as ações decorrentes de relação de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no seu país de origem.

Questão 39

O Município de Vila Velha foi demandado na Justiça do Trabalho, por meio de uma reclamação trabalhista ajuizada por um empregado de empresa interposta de conservação e limpeza, aduzindo que o inadimplemento de suas verbas pelo empregado principal, a empresa Lima Tudo LTDA, acarreta a responsabilidade subsidiária do ente público. Devidamente notificados para a audiência UNA, no procedimento ordinário, compareceu o primeiro réu, mas o Município não se fez presente. Nesse caso, considerando a Consolidação das Leis do Trabalho e a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que:

- (A) o magistrado deverá remarcar a audiência, em razão do princípio do interesse público.
- (B) deve ser aplicada a revelia, em razão da ausência do Município.
- (C) não deve ser aplicada a revelia, em razão da presunção de legitimidade dos atos da administração pública.
- (D) deve ser aplicada a revelia, desde que haja requerimento expresso na petição inicial do autor.
- (E) não deve ser aplicada a revelia, pois embora ausente pode apresentar a contestação ilidindo a revelia.

Questão 40

O Código de Processo Civil elenca normas específicas sobre os sujeitos do processo, detalhando alguns institutos, como partes, procuradores, deveres das partes e dos procuradores. Com relação ao tema epígrafado, assinale a alternativa correta:

- (A) toda pessoa tem capacidade processual, mas nem todas tem capacidade de ser parte.
- (B) verificada a incapacidade processual ou a irregularidade na representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.
- (C) o juiz nomeará curador especial ao réu preso revel, bem como ao réu citado por edital ou com hora certa, ainda que constituído advogado.
- (D) os Estados e o Distrito Federal serão representados em juízo, ativa ou passivamente, por seus procuradores ou mediante órgão vinculado.
- (E) a representação processual é o instituto que visa suprir a falta de capacidade de ser parte.

Questão 41

A prescrição é um instituto de direito material que acarreta a inexigibilidade de uma pretensão, por ter o titular da mesma quedado inerte para a promoção da medida cabível. De acordo com a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho (súmulas e orientações jurisprudenciais) e as alterações realizadas na Consolidação das Leis do Trabalho pela Lei n. 13.467/17, pode-se afirmar que :

- (A) no que toca as ações para cobrança de crédito de FGTS não recolhido, para os casos em que o prazo prescricional já estava em curso em 13-11-2014, aplica-se o prazo prescricional que se consumir primeiro: trinta anos, contados do termo inicial, ou cinco anos, a partir de 13-11-2014.
- (B) na ação de equiparação salarial, a prescrição é total e só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 2 (dois) anos que precedeu o ajuizamento.
- (C) tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é parcial, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.
- (D) em caso de aviso prévio indenizado, a prescrição bienal começa a fluir a partir da data do afastamento do empregado, não havendo projeção do aviso para efeitos de contagem de prazo prescricional.
- (E) respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data da extinção do contrato de trabalho.

Questão 42

De acordo com o Código de Processo Civil, a Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir algumas matérias, **EXCETO**:

- (A) falta ou nulidade da intimação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia.
- (B) inexecuibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.
- (C) excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.
- (D) incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução, bem como ilegitimidade de parte.
- (E) qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes ao trânsito em julgado da sentença.

Questão 43

De acordo com a Lei Complementar nº. 101 de 2000, que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão, além de outras providências, é **INCORRETO** dizer que:

- (A) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- (B) o refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- (C) é vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- (D) a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.
- (E) integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, exceto os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

Questão 44

O Município de Vila Velha editou uma Lei Municipal dispondo sobre a faculdade de utilização do cinto de segurança no período que compreende o horário de 22h de um dia às 6h do dia seguinte. Considerando as regras constitucionais sobre distribuição de competência, é correto afirmar que a Lei Municipal é :

- (A) constitucional, já que a matéria é de assunto local.
- (B) constitucional, pois a matéria regulada é de competência legislativa concorrente entre os entes federativos.
- (C) inconstitucional, uma vez que o tema versado é de competência legislativa privativa da União.
- (D) inconstitucional, pois não há lei geral da União disciplinando a matéria.
- (E) constitucional, em razão da federação brasileira ser simétrica, onde qualquer ente político pode legislar sobre qualquer assunto.

Questão 45

A 1ª Vara do Trabalho de Vitória proferiu uma sentença de procedência parcial. Ato contínuo, as partes foram intimadas por diário oficial para ciência da decisão. Após publicada, observou-se que nenhuma das partes recorreu, operando transito em julgado, que fora certificado pela secretaria da Vara. Um ano após, o outrora réu na reclamação trabalhista, ajuizou ação rescisória perante o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, tendo o acórdão julgado improcedente o pedido. A opção que corresponde ao recurso cabível para o Tribunal Superior do Trabalho é a seguinte:

- (A) Recurso de Revista, já que é uma decisão do TRT.
- (B) Recurso Extraordinário, pois coisa julgada é matéria constitucional.
- (C) Mandado de Segurança, haja vista a ausência de recurso específico.
- (D) Recurso ordinário, vez que o TRT julgou matéria de competência originária.
- (E) Agravo de Instrumento, tendo em vista ser decisão interlocutória.

Questão 46

De acordo com as previsões contidas na Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, é correto dizer que:

- (A) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior, é segurado facultativo.
- (B) entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que utilizem empregados permanentes.
- (C) o aposentado pelo RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade.
- (D) considera-se acidente de trabalho o sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho, no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.
- (E) a participação em plano de previdência complementar instituído por entidade classista a que seja associado em razão da condição de trabalhador rural ou de produtor rural em regime de economia familiar, não descaracteriza a condição de segurado especial.

Questão 47

Antônio é empregado da empresa Sabores do Sudeste LTDA, na condição de garçom. Porém, Antônio pretende fazer um acordo para extinguir seu contrato de trabalho, levando sua intenção ao RH da empresa, que acolheu a proposta. A empresa pagou a Antônio, metade do aviso prévio indenizado, as férias proporcionais com o acréscimo de 1/3 constitucional e a multa do FGTS (20%), sendo que o saldo de salário, as férias vencidas com 1/3 e o 13º salário proporcional foram pagos integralmente. Sobre o pagamento das verbas, considerando esta forma de extinção do contrato, é certo dizer que:

- (A) as verbas foram pagas corretamente, já que o aviso prévio indenizado, as férias proporcionais e a multa do FGTS devem ser pagos pela metade.
- (B) as verbas foram pagas de forma incorreta, pois as férias proporcionais devem ser pagas integralmente, assim como a multa do FGTS que, no caso, deveria ser de 40%.
- (C) as verbas foram pagas de forma incorreta, pois as férias proporcionais devem ser pagas integralmente, assim como o aviso prévio indenizado.
- (D) as verbas foram pagas de forma incorreta, haja vista que as férias proporcionais devem ser pagas integralmente.
- (E) as verbas foram pagas corretamente, exceto as férias vencidas, que deveriam ser pagas pela metade.

Questão 48

A Constituição Federal estabelece, no art. 103-A, que o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei. De acordo com as Súmulas Vinculantes até então editadas, assinale a assertiva correta.

- (A) O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.
- (B) É inconstitucional lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
- (C) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- (D) O Município não é competente para fixar horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- (E) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

Questão 49

No que toca ao tema Fazenda Pública e reexame necessário, considerando a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, é lícito afirmar que:

- (A) decisão judicial emanada da Justiça do Trabalho, contrária ao Município de Vila Velha, em quantia correspondente a 50 (cinquenta) salários mínimos, está sujeita ao reexame necessário.
- (B) em ação rescisória, a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público, mesmo que esteja fundamentada em orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) está sujeita ao reexame necessário decisão contrária a União, em valor correspondente a 2.000 salários mínimos, ainda que a decisão esteja fundamentada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.
- (D) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência é fato impeditivo do reexame necessário, salvo se for decisão contrária a um Estado da federação e em quantia igual ou superior a 500 (quinhentos) salários mínimos, caso que deve o juiz determinar a remessa.
- (E) em mandado de segurança, somente cabe reexame necessário se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.

Questão 50

De acordo com a nova redação da Consolidação das Leis do Trabalho, promovida pela Lei nº 13.467/17, entre as parcelas pagas pelo empregador que integram o salário do empregado, temos:

- (A) as diárias para viagem.
- (B) as gratificações legais.
- (C) os abonos.
- (D) a ajuda de custo.
- (E) os prêmios.

DISCURSIVA

Parecer

Observe o texto a seguir.

Em 11.11.2017 entrou em vigor a Lei n. 13.467/17 (Reforma Trabalhista), que alterou de forma considerável diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como incluiu vários outros, dentre eles o Art. 791-A e parágrafos, que versa sobre os honorários advocatícios de sucumbência na Justiça do Trabalho, de modo que, o que antes era exceção, agora é regra da sucumbência. No entanto, há duas questões fundamentais que estão em voga: a primeira diz respeito a cobrança de honorários de sucumbência por aqueles que são beneficiados pela concessão da gratuidade de justiça e, a segunda, é no tocante aos percentuais, que diferem daqueles previstos no Código de Processo Civil, já que a Consolidação das Leis do Trabalho assente que os honorários serão fixados entre 5% e 15%, enquanto que o Código de Processo Civil prevê que os honorários serão fixados entre 10% e 20%. Em vista desses dois temas tão relevantes e atuais, você é consultado por seu Superior, que o indaga: é constitucional ou inconstitucional a condenação em pagamento de honorários de sucumbência pelos beneficiários da gratuidade de justiça? Os percentuais estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho, em cotejo com aqueles determinados pelo Código de Processo Civil, não violam a Constituição?

- ✓ Utilizando argumentos pautados nas regras e princípios aplicáveis, emita parecer, ocupando de 25 até 30 linhas da folha de resposta.
- ✓ Não será permitido exceder o limite de linhas contidas no formulário de resposta e/ou escrever no verso do formulário de resposta.
- ✓ Seu texto deve ser redigido na modalidade padrão da Língua Portuguesa.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO